

CPI - MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS

08.05.2018

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**CPI - MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS****08.05.2018**

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar e investigar a prática de maus-tratos cometidos contra animais no âmbito do estado de São Paulo. Registro a presença dos nobres deputados Wellington Moura, André, nosso vice Gil Lancaster, Pedro Kaká e Roberto Moraes, que nos prestigia de passagem. E também do ex-secretário Laurence.

Quero pedir uma pausa de cinco minutos, porque a Célia está chegando também. Vou suspender a sessão por três minutos.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Presidente, poderia fazer uso da palavra por um minuto, mesmo suspenso?

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Pois não?

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Obrigado Feliciano, deputados presentes e convidados. Saudar o Dr. Laurence Casagrande, secretário de Transportes até semana passada, homem da Dersa e hoje na CESP. Trazendo um abraço a ele, que nesse período como deputado, o trabalho que ele fez foi nesses órgãos do governo, atendendo principalmente todas as regiões do estado.

Não sou da Comissão, mas como parlamentar fiz questão de passar aqui para cumprimentar os nossos convidados e deputados, a deputada Célia que está em outra missão, mas está chegando, e o secretário e hoje presidente da CESP, Laurence Casagrande, que está aqui acompanhado da sua assessoria, participando mesmo não sendo secretário, mas cumprindo seu papel vindo esclarecer e falar em função dessa pauta feita por essa CPI. Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Eu que agradeço. A Célia deve estar a caminho, então vou retomar a nossa Comissão. Lembrando que esta é a penúltima Comissão, e amanhã será a última, para leitura do relatório. Graças a Deus

essa CPI caminhou muito bem. Quero agradecer e parabenizar pela presença de todos que estão aqui, ativistas, protetores, ONGs, pela atuação persistente e perseverante. Muito triste a nossa atuação, mas não desistimos e não desistiremos nunca. Não posso deixar de forma nenhuma de agradecer e parabenizar, tenho muito orgulho dos membros dessa CPI.

Os deputados membros da CPI estão aqui com um trabalho suprapartidário, não importa o partido que tenha o secretário ou alguém do governo que estejam investigando ou não. Os deputados são desprovidos da questão de alianças partidárias, e sim com alto sentimento com relação a justiça e o que tem acontecido com os animais. Eu quero parabenizar o meu vice-presidente Gil Lancaster pela presença em todas as comissões. Não lembro de nenhuma Comissão que o senhor tenha faltado ou estivesse ausente, a mesma coisa o nobre relator Pedro Kaká, que tenho certeza que fará um relatório que será muito importante para elucidação de tudo isso que vemos debatendo ao longo de todo esse período.

O Pedro Kaká também nunca esteve ausente, sempre aqui atuando de forma proba e muito tranquila. Queria também agradecer à deputada Ana do Carmo, que deve estar a caminho, não chegou ainda. O deputado Wellington Moura também, muito atuante aqui na CPI e sempre presente, nos ajudando muito. Agora acabou de chegar a nossa querida Célia Leão, obrigado deputada, sempre presente e ajudando a dar quórum, lutando junto conosco todos os dias. Eu estava dizendo agora, antes da senhora entrar, que essa Comissão tem sido suprapartidária. Tem trabalhado muito com a questão técnica e de integridade com relação ao nosso trabalho.

Deputados Ricardo Madalena e André Soares, que também chegaram há pouco tempo, por conta de uma reestruturação partidária, mas também estão ajudando muito nessa reta final. Quero registrar a presença do vereador Benedito Furtado de Santos, que aprovou uma lei agora também proibindo, com uma liminar. Parabéns pela lei, estamos com uma ADIN. Acho que o ministro errou na interpretação, porque só ouve um lado. Mas acho que vamos conseguir mudar isso com o PL dessa Casa, se conseguirmos aprovar e sancionar. Vamos mudar essa realidade definitivamente no estado de São Paulo.

Em nome da Leila quero cumprimentar todos os nossos ativistas de Santos, a Nina Rosa também, em nome de qual cumprimento todos os demais protetores presentes. Também a Raquel, todo o pessoal do movimento. E registrar a presença também da nossa querida advogada Letícia Filpi. O Dr. Carlos veio? Está aqui. Convido a Dra.

Letícia e o Dr. Carlos Cipro para fazerem parte da Mesa, por favor. Registro a presença também dos deputados Marco Vinholi e Barros Munhoz. O nosso secretário Laurence está com uma audiência boa, todos os deputados vieram prestigiar a presença dele. Solicito ao secretário da Comissão que faça a leitura das Atas das duas últimas reuniões.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Pela ordem, deputada Célia Leão.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Havendo conhecimento de todos os pares dessa CPI, peço pela não leitura da Ata, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - É regimental, e a Mesa acolhe o pedido de Vossa Excelência. Aprovado. Queria só fazer uma breve introdução. A questão do embarque de bois vivos, o tema principal... Secretário, naquela oportunidade, até agradeço ao senhor de público, quando fizemos o convite. Mas por conta de alteração partidária, eu e o deputado Gil Lancaster acabamos não fazendo parte da Comissão mais, porque a vaga pertencia ao partido. Depois que nós reestruturamos e voltamos, fomos reempossados, agradeço a presença do senhor em voltar nessa reta final.

É uma pena que dessa vez o ex-presidente do porto não pode estar presente. E também agradeço pela velocidade e presteza na entrega do RI - Requerimento de Informação. Para quem não sabe, os deputados têm a prerrogativa como fiscalizadores do Estado que são, de fazer questionamentos. Perguntamos para a secretaria, fizemos vários quesitos, e inclusive tivemos ajuda de alguns advogados, a Dra. Letícia Filpi também nos auxiliou, e a secretaria respondeu na íntegra e dentro do prazo regimental. Pena só que chegou para nós só ontem, porque houve um problema de mudança de governo, um atraso para chegar para nós. Então por conta disso enviei para os deputados ontem com atraso, mas acredito que todos tenham lido.

A nossa reunião de hoje vai se pautar basicamente numa questão central. O Governo do Estado tem prerrogativa, pode ou não parar o embarque de bois vivos? Existe um conflito de pensamentos; alguns dizem que sim, que o Governo do Estado

tem autonomia para parar com o embarque, e outros que dizem que não, que é uma determinação federal e o porto tem que cumprir. Acho que essa é a nossa ideia central. A outra questão é se esses embarques estão sendo regulares ou se existe omissão dos poderes, tanto do Estado, quanto do próprio Ibama, que é quem dá autorização para o porto. Ou é diferente de Santos, porque ali onde o berço atraca é privado. Lá em São Sebastião é do Estado.

Então o que queremos levantar nessa reta final é se existe uma regularidade jurídica nisso, omissão ou até conivência dos órgãos com relação a isso. Porque autorização dentro do RI foi bem completa, nós lemos o que deu para ler na parte da manhã, e deu para ver que tem resposta para quase tudo. Mas eu mesmo já enxerguei muita irregularidade com relação ao Ibama. Até a entrada do boi no navio, que é até onde o Ibama fiscaliza, para ele está tudo certo. O problema é que a crueldade começa dali para dentro, até quando diz que tem a metragem quadrada para cada animal, que condiz com a realidade, que é um metrô quadrado. Um boi tem no mínimo dois metros de comprimento. De largura, se ele tiver 50 centímetros, só ali já deu um metro quadrado. Esse boi não pode deitar.

Como fica a questão da viagem desses animais durante 20 dias, o desembarque? Dois veterinários para aquela quantidade de bois. Aquele laudo maravilhoso da veterinária Magda de Santos. Ninguém está levando nada em consideração com relação a isso. Aquilo que o juiz federal diz da questão do abate, ele até estabeleceu como criminoso... O que for deportado tem que atender o mesmo princípio penal do Brasil, não pode sofrer maior. Então se um boi aqui é abatido com licença de processo sem sensibilização, qualquer país que ele for tem que obedecer ao mesmo princípio. Não é o que está sendo observado. Lá eles estão sendo mortos de forma absolutamente cruel.

Então vamos debater aqui sobre questão de meio ambiente e tudo isso. Nós temos um PL que já passou pela CCJ e está tramitando, e se conseguirmos aprovar vai realmente proibir o embarque de bois vivos pelo Estado de São Paulo. E a matéria é totalmente constitucional, porque o Estado de São Paulo pode liberar sua matéria concorrente. Conversamos com vários constitucionalistas, advogados e especialistas de direito constitucional. Já encaminhando para a última questão, digo que amanhã será lido o relatório, e com certeza vamos votar para onde será encaminhado, para poder deliberar.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Pela ordem, deputada Célia Leão.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - De forma muito rápida, só antes de V. Exa. dar continuidade e convidar a doutora, o próprio secretário e outros membros da Mesa para fazer sua manifestação. Até lembrando a nossa última reunião, e aqui agradecer a presença do secretário, e o senhor já disse que da última vez não pode por causa da mudança partidária, e todos nós já sabemos, mas o secretário foi absolutamente solícito em querer estar aqui. Eu só queria fazer um registro ao secretário, de que o convite foi em forma de convocação por absoluta necessidade regimental, porque já estamos terminando o nosso tempo da CPI e não dava para ser convite. Mas obviamente o senhor sintase convidado aqui em nossa CPI e na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Eu gostaria apenas de pedir aos nobres deputados, que aqui todos que estão na plateia já estão enjoados de ver os vídeos que temos de abate de animais. Gostaria de passar um vídeo de dois minutos só para que os deputados ou o secretário que ainda não viram, vejam.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, presidente. Só gostaria de comunicar à V. Exa. e a todos que vou ter que me ausentar, devido à Comissão de Finanças e Orçamento, mas deixo registrada a minha presença. E estou a favor 100% de ser contra os maus-tratos aos animais, e por isso fazemos parte dessa CPI e estamos ao seu lado. Conte sempre conosco.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Muito obrigado, deputado Wellington. Espero que você conclua lá e volte para cá, porque sua presença é muito importante, como foi durante a CPI toda. Teve um papel fundamental em todos os assuntos debatidos aqui. Obrigado, deputado. Se puder colocar o vídeo, ele é curtinho, só para aqueles que não conhecem.

* * *

- É exibido um vídeo.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Muito obrigado. Acho que vou inverter a ordem aqui. Algum deputado quer fazer uso da palavra, ou depois? Secretário Laurence, na oportunidade que conversamos eu havia perguntado para o ex-presidente do porto, e aliás, foi isso até que propiciou a questão do RI, porque eu havia perguntado para ele e o advogado para conversar com o departamento jurídico, se existia essa obrigação ou não... O próprio Samuel Moreira me ligou na ocasião, e também estava incomodado, disse que o governador também estava, se eles poderiam parar ou não de forma voluntária esse embarque.

E ele disse que ia consultar o advogado do porto, mas começou uma morosidade muito grande, demorou para dar essa resposta. Foi quando eu acabei sendo um pouco mais incisivo na cobrança. Dentro disso, ele acabou dizendo que agora a conversa seria só com a secretaria, não mais com ele. Foi por conta disso que acabamos resolvendo colocar esse assunto na CPI, e também fazer o requerimento de informação. O senhor saberia me dizer, enquanto secretário, se realmente existe essa obrigatoriedade do governo em assumir esse transporte de bois vivos, ou ele pode se recusar a fazer isso igual as empresas privadas no Porto de Santos?

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Já vou lhe responder. Mas boa tarde Sr. Presidente, deputado Feliciano Filho. Quero em seu nome saudar todos os demais parlamentares presentes, e os demais. Reiterar que esse convite havia sido feito enquanto eu ocupava a pasta de Logística e Transportes, pasta essa que deixei no último dia 13 de abril. E como havia esse compromisso, e havendo convocação por parte dessa CPI, em respeito ao tema aqui tratado e o interesse dos parlamentares e do público em geral, vim com muita satisfação prestar todos os esclarecimentos. Contudo, não respondo mais pela pasta de Logística e Transportes, o que talvez possa limitar para algumas respostas.

Mas com relação à pergunta que o senhor me fez, se é possível fazer a suspensão desse tipo de serviço de forma voluntária por parte do Governo do Estado, é preciso esclarecer o seguinte entendimento, que se tinha enquanto ocupei a pasta e me foi

passado pela Companhia Docas de São Sebastião. Esse porto, como todo porto brasileiro, é um ente submetido à legislação federal. Quem tem competência para legislar sobre portos é o governo federal. O Porto de São Sebastião é administrado por uma companhia de economia mista, controlada pelo Estado de São Paulo, e o faz por força de um convênio de delegação da União ao Estado de São Paulo. O Estado, por sua vez, constituiu essa companhia para que exercesse as atividades de autoridade portuária.

A Companhia Docas de São Sebastião cuida das atividades de autoridade portuária por delegação da União. Por se tratar de um porto público, e como o senhor bem ressaltou, diferente de terminais privados, é preciso que toda a carga que seja considerada lícita, desde que requisitada, ela deve ser embarcada. Essa é a diferença de um porto privado. Um terminal privado pode escolher transportar um determinado tipo de produto, uma determinada gama de situações em função da questão da lucratividade. E para evitar que aqueles que queiram exercer funções de comércio exterior, para que se evite que sejam tolhidos dessa possibilidade constitucional de comércio exterior, a União mantém alguns portos públicos, em que toda a carga considerada lícita é embarcada.

Não é o porto que escolhe a sua carga, ele apenas deve conceder as condições para que os navios possam atracar, e para que os operadores portuários escolhidos pelo exportador ou importador possam ali atuar para o embarque de sua carga. A escolha desse material segue regras previamente estabelecidas, que levam em consideração a precedência e capacidade do porto. E dessa forma o porto dá vazão às cargas consideradas lícitas e autorizadas em sua licença ambiental. O porto não tem como barrar uma carga, se essa é considerada lícita, e se for prevista em sua licença ambiental de operação.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Para completar, ex-secretário. Eu queria saber se por exemplo, com relação a licitude, esse transporte estiver carregado de problemas ambientais e crimes de maus-tratos, no seu entender o porto não seria corresponsável por isso?

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Novamente dizendo, a autoridade do porto diz respeito às questões vinculadas às atividades dentro do seu perímetro portuário. Ou seja, a fiscalização anterior, e especificamente no caso de embarque de animais vivos, é feita pelas autoridades fitossanitárias e ambientais. Ou seja, chegando a

carga e havendo autorização por parte da autoridade competente de que aquela carga está corretamente, o embarque é feito. Isso não é feito pelo porto. No caso específico de animais, nem os funcionários do porto trabalham diretamente na operação; essa uma obrigação passada ao agente portuário contratado pela empresa, e fiscalizado pela Receita Federal, Polícia Federal, Ministério da Agricultura e um pouco mais indiretamente pelo Ibama.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Ou seja, o porto na verdade é mais responsável pela questão de logística?

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - A autoridade marítima deve garantir as condições de segurança para que seja feita a devida atracação do navio, e propiciar os ambientes para as fiscalizações envolvidas nessa atividade. Então se houver tripulação que deixa o navio e venha pisar em solo brasileiro, é preciso que o porto provenha as condições de trabalho da Polícia Federal para a atividade de imigração. Se há ali um trânsito de cargas, é preciso que o porto provenha as condições para que a Receita Federal possa fazer a fiscalização de cunho aduaneiro. E se há ali uma movimentação de cargas com restrições fitossanitárias, é necessário que o porto permita a atuação do Ministério da Agricultura, da Anvisa, e demais autoridades vinculadas a essa fiscalização.

Mas não é o porto que decide isso. Ele só tem que garantir as condições de segurança e atracação, e de envolvimento de mão de obra naqueles casos onde a mão de obra portuária é acionada. Para isso, o porto tem um órgão gestor de mão de obra que trabalha em parceria com a autoridade portuária.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - A última, antes de passar a palavra. Queria só enfatizar que na sua resposta o senhor está dizendo que mesmo que o governador falar, “não quero mais transportar bois aqui”, a única forma que ele teria seria rompendo o contrato com o governo federal? Eu li aqui o contrato feito entre a União e o Estado, e ali diz que tem um momento que ele pode desistir do trabalho em conjunto, desde que faça isso com antecedência. Quer dizer, unilateralmente ele só pode falar, “não quero mais proceder com esse convênio”, ou ele não pode apenas falar, “esse tipo de carga eu não quero mais utilizar no porto”. Ele não tem essa autoridade e prerrogativa?

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - O entendimento que a Companhia Docas me passou na época em que ocupei a Secretaria de Logística e Transportes, da qual me parece correto, é o seguinte. O primeiro ponto é que o porto não é do Estado, mas da União. Então se o Estado por um acaso queira romper o convênio com a União, o porto continuará operando, mas gerido pelo governo federal, e não mais pelo governo estadual. Ao governo estadual cabe apenas uma delegação.

Essa delegação exige que o porto seja mantido dentro de sua característica de porto público, e sendo assim, não pode trazer restrições ao embarque de cargas consideradas lícitas. Isso não é um assunto de competência do Governo do Estado de São Paulo, mas da legislação portuária, que é de competência da União.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Entendi. Ou seja, essa licitude não é aferida por ele, mas por outros órgãos, como Ministério do Meio Ambiente, Ibama...?

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Todos eles federais.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Que atestam essa licitude ou não. Quer dizer, não cabe ao porto, à instituição do convênio, fazer esse tipo de análise. Entendi.

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - A responsabilidade do porto é que haja condições de segurança suficientes para que esse navio possa atracar em segurança, para que o perímetro seja devidamente vigiado do ponto de vista segurança e preservação do espaço nacional, uma vez que ali é uma área considerada fronteira. Cabe ao porto essas atividades de segurança. E partir daí, concedidas essas condições, competirá aos operadores portuários, em parceria com os exportadores ou importadores, os movimentadores das cargas que passam pelo porto, a ação de carregamento ou descarregamento dessas cargas.

Do ponto de vista de licitude da carga, isso é feito pela unidade federal competente, que analisa o assunto. No caso específico do embarque de animais, quem autoriza a abertura da porteira do caminhão, por onde o animal vai sair e ingressar ao navio, é um fiscal federal. O porto não tem nenhuma gestão sobre isso. E todos os

funcionários envolvidos nessa atividade de operação são contratados pelo exportador e seu operador portuário envolvido nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Quero passar a palavra para os advogados que fizeram um estudo.

A SRA. LETÍCIA FILPI - Olá secretário, como vai?

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Só um minutinho, por gentileza. Registrando a presença da deputada Ana do Carmo, e o deputado Gilmar Gimenes. Muito obrigado. Por favor, doutora.

A SRA. LETÍCIA FILPI - A minha primeira pergunta é o seguinte, o Porto de São Sebastião é administrado pela Companhia Docas de São Sebastião, cuja criação foi autorizada por lei estadual. Ela é uma sociedade mista estadual, que organiza e fiscaliza toda a atividade que acontece nesse porto. O embarque de bois está envolvendo, e isso já foi comprovado por laudos, crime ambiental de maus-tratos aos animais. Então está comprovado que houve um crime dentro do navio, e a sociedade mista é estadual, não existe nenhuma responsabilidade da Companhia Docas de São Sebastião?

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Não sou o maior especialista em atividade portuária, lamento o fato desse convite ter chegado após a saída do presidente da Companhia Docas e de seu estafe, que talvez poderia lhe responder essa questão com muito mais propriedade. O que a Companhia Docas faz é se cercar de medidas prévias das autoridades que tenham competência de fiscalização. Novamente, as atividades são feitas, o embarque só é iniciado, e essa é a exigência que a Companhia Docas tem e apresenta, após a autoridade federal competente - neste caso a Receita Federal e o Ministério da Agricultura - dizerem que aquele embarque está adequado. Ninguém melhor do que a autoridade competente para avaliar essas questões, do que eles disserem. E a partir daí o embarque é iniciado.

Essa é uma posição que a própria Companhia Docas tomou. Quando a autoridade competente diz que a situação está correta e pode iniciar o embarque, ele é iniciado. Com relação às questões vinculadas a crimes ambientais, no próprio requerimento de informações, houve duas visitas do Ibama ao porto com essa causa específica. E ambas

as duas visitas, conforme os relatórios que foram anexados pela autoridade portuária no requerimento, não atestam e não informaram haver qualquer irregularidade ou ilícito nesse sentido, por parte daquela atividade. Eles isentaram a autoridade portuária de qualquer ilícito ambiental nessa atividade.

Baseado nisso, me permito discordar de que o porto seja omissivo ou concorde com esse tipo de circunstância.

A SRA. LETÍCIA FILPI - Mas na verdade, o laudo não foi feito por veterinários. Foi feito por técnicos do Ibama, e obviamente eles não atestaram maus-tratos porque não estão aptos a atestar maus-tratos. Quando foi feito o laudo por veterinários e um biólogo da Unicamp, eles atestaram maus-tratos em Santos. Tendo em vista que todo crime e infração ambiental tem responsabilidade solidária, talvez o Estado de São Paulo, e sabemos que não há hierarquia entre os entes da federação, portanto a Cetesb tem poder também de entrar nessa história e fiscalizar esses crimes ambientais que estão ocorrendo dentro dos navios, me causa surpresa que a Companhia Docas de São Sebastião, sendo uma empresa estadual, não fiscalize. Porque também está no estatuto que uma das obrigações é de fiscalização do que acontece dentro do porto.

Quanto a Santos, apesar da empresa ser federal, a Codesp, também vemos uma responsabilidade da Cetesb em fiscalizar o dano ambiental ocorrido. Então sobre os crimes que aconteceram dentro do navio, e são crimes comprovados, eu pergunto, como não responsabilizar o Estado de São Paulo pelo que está acontecendo dentro dos navios? A Secretaria de Transportes também é responsável pelo que acontece nos portos. Portanto, tem a responsabilidade solidária de todos os órgãos envolvidos, tanto da Secretaria de Transportes, como da Cetesb. Eu me pergunto, qual é o motivo para o Estado de São Paulo não proibir os embarques, uma vez que isso envolve crimes de maus-tratos?

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Dra. Letícia, qual a situação hoje? Novamente, infelizmente não posso responder pela pasta nesse sentido. A instrução que recebi enquanto secretário, que foi amplamente discutida, era sempre em defesa da legalidade. E assim tomamos diversos procedimentos no sentido de manutenção dessa legalidade. Novamente reitero que não sou especialista ou operador de direito, e nem um grande especialista em direito ambiental. Mas me parece que havendo a visita da

autoridade ambiental competente, porque o porto é competência do Ibama, e essa autoridade ambiental, atestando a regularidade da atividade que vinha sendo realizada ali, me parece que o porto tomou as providências que lhe cabiam naquele momento.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Queria só colocar para todos que estão aqui, que obviamente não tem o conteúdo do requerimento de informação. Então vou só ler os questionamentos para que as pessoas possam apenas se situar. O item um que nós perguntamos do requerimento de informação assinado pela maioria dos deputados desta CPI, perguntou se o Porto de São Sebastião possui licença da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - Ibama, para transportar bois vivos.

Obviamente não vou ficar lendo, senão ficaríamos até tarde. Mas houve resposta mostrando que lá é uma questão de competência do Ibama, com certa discordância da Dra. Letícia. Só para vocês se situarem e acompanharem o raciocínio do nosso debate. O item dois, é solicitado relação de empresas exportadoras de bois vivos, bem como a cópia dos respectivos contratos sociais em nome dos sócios e sua qualificação, bem como dos exportadores pessoas físicas. Por incrível que pareça, tem lá exportador pessoa física, que deve exportar como produtor rural. Existe uma isenção de quem exporta animais.

Mas aí houve resposta da secretaria com todos os exportadores. São seis, e até vou ler depois para vocês o total dos bois exportados, foi respondido *ipsis litteris*. Só não o nome dos sócios, mas isso vamos conseguir na Junta Comercial, porque o porto só tem o contrato jurídico. O item três é especificação da quantidade de carga exportadora durante o ano de 2017 e 2018. Tem a tabela aqui, foram 75 mil bois durante esse período. Quarto, solicitação de cópias das respectivas licenças da Cetesb e do Ibama, referentes às empresas exportadoras de bovinos. Com relação a empresa direta eles não têm, mas têm a do porto. Que nem o secretário disse, foram duas vezes que o Ibama foi.

E as duas vezes que li o relatório do Ibama, penso que realmente eles estão prestando um desserviço à sociedade. O próprio fato deles liberarem e transportarem a responsabilidade de caça de javali para a sociedade, é uma pura irresponsabilidade. Já debatemos isso aqui em reuniões anteriores, e até a deputada Célia fez questão de passar os vídeos para que todo mundo sentisse como os animais e porcos estão sendo abatidos, com 20, 30 cães despedaçando o porco. Quer dizer, o Ibama errou. Até estive num

evento esses dias contra o projeto de um deputado que quer liberar a caça, e estava lá um representante do Ibama, que reconheceu o erro.

O Ibama quer transferir para a sociedade um ônus dele. Se tiver que ter controle populacional, o Ibama não pode fazer isso. Mas graças à constituição do Estado de São Paulo, ela proíbe e veta isso, que está acima da regulação do Ibama. Eu acho que o Ibama está prestando um desserviço inclusive com relação aos bois. Se pegar o laudo da Magda de Santos, e mais o que o Dr. Djalma, juiz federal, elencou na questão da autorização da liminar, mostra que o Ibama está na contramão. O que mais me preocupa, e acho que preocupa os membros dessa Comissão também, porque são deputados sérios e comprometidos, é o que está acontecendo nesse país. E o Ibama não está isento disso, ele é ligado ao Estado, e isso envolve muito dinheiro.

Não estou fazendo acusação formal a ninguém. A única coisa que vou propor... Essa reunião de hoje é muito importante, e mais uma vez quero agradecer aos deputados dessa CPI, que resolveram fazer essa reunião para encerrar com chave de ouro. Isso que está sendo discutido aqui, gravado e filmado, vai estar no relatório e será encaminhado. Eu sugiro que encaminhemos para a Polícia Federal, para o Ministério Público Federal, para a Procuradoria do Estado e para o Ministério Público de São Sebastião. Porque aqui não é nós, estamos apenas ajudando a apurar como inquérito da CPI. Agora quem vai a fundo para saber se tem lavagem de dinheiro, não somos nós. Eu tenho uma leve suspeita, mas não estou acusando ninguém aqui, quero deixar bem claro.

Mas para mim, como tributarista que fui, e pela vontade e voracidade de exportação de gado vivo contra inclusive o Sindicato dos Abatedouros do Brasil, que são contra - teremos evento agora no Paraná com a deputada Regina Becker, chamando o pessoal que trabalha com insumos e tudo isso. Não é nós, mas essa CPI é um instrumento muito forte para que possamos levar isso às autoridades competentes que vão fiscalizar e saber a fundo. Porque isso não está cheirando nada bem. “Nós temos autorização do Ibama”, grandes coisas. O Ibama só está fazendo coisa que é eticamente e tecnicamente duvidoso. Sabemos que o Ibama é composto por seres humanos, e tudo que acontece no Brasil é por conta de seres humanos.

Então não adianta querer se esconder atrás do que o ministério aprovou. Grande coisa. O Blairo, que é o ministério que está fazendo isso, é só ver as notícias que têm dele. Desculpa, mas vou ter que me alongar um pouco nesse assunto porque quero deixar bem claro. A vergonha do presidente Temer, que eu tinha maior consideração e hoje repudio, por conta daquela manifestação que teve em Santos, e inclusive fui lá para

falar, mas não me deixaram nem subir, disseram que não subia político no palanque, mas eu ia dar a notícia de que o Blairo estava ali negociando para derrubar aquela liminar. E derrubou.

É uma reedição do caso Friboi. Um governo federal entrar na briga para defender uma única empresa privada às vésperas de uma eleição. O que cheira isso para o Brasil? É um tapa na cara da sociedade. É uma imoralidade sem tamanho. Se estivesse defendendo o interesse da sociedade, mas está defendendo os interesses de uma única empresa. E fez com que derrubasse a liminar. Então esse é o país em que estamos vivendo hoje, com essa imoralidade e pouca vergonha. Não adianta ficarmos nos escondendo atrás de órgão. Não estou acusando ninguém de forma alguma, secretário, essas palavras não são para o senhor.

Mas quero dizer da pouca vergonha de se esconder atrás de laudos de empresas e gestores que não têm a menor responsabilidade com o Brasil e com a verdade. Eu acho que essa CPI é para isso. Eu duvido que tenha algum deputado aqui que vai aliviar. Duvido. Conheço a integridade de cada deputado que faz parte da CPI. Nós vamos fazer um relatório, e se Deus quiser... Quer falar, doutor?

O SR. CARLOS CIPRO - Obrigado, deputado. Primeiramente, obrigado pelos esclarecimentos. Tenho só uma pergunta, no intuito de esclarecer uma dúvida para quem vem trabalhando nessa questão há alguns meses. A constituição do Brasil, no Art. 225, fala da responsabilidade de todos pelo meio ambiente equilibrado e por prevenir que os animais sejam submetidos à crueldade. Da mesma maneira, o Art. 170 da constituição, fala que as atividades econômicas são livres, no entanto, devem respeitar o meio ambiente. O 23 fala da competência concorrente de União, Estado e Municípios para tratar do meio ambiente. E a lei de crimes ambientais também coloca como responsabilidade de todos que os crimes ambientais sejam evitados.

Concorrentemente a isso, milito nessa área há algum tempo e posso atestar a competência internacional, e acho que é o melhor órgão do Brasil, da Cetesb. É extremamente competente e técnica, e praticamente livre de interferências políticas. O senhor já vai entender porque estou dizendo isso. Paralelamente a isso, temos um fato que não está sendo tão abordado. Se pegarmos o litoral paulista do Porto de Santos até o Porto de São Sebastião, passando por Caraguatatuba e Ubatuba, que é o caminho dos navios, temos nem sei quantas unidades de conservação - muitas delas estaduais. Logo, é interesse precípua do Estado de São Paulo proteger essas unidades de conservação.

Paralelamente a isso, temos o fato já bastante comprovado, de que não há fiscalização na ida dos bois das fazendas até o porto. Sabemos que a fiscalização é difícil, são muitas estradas e tudo mais. Somado a tudo isso, todo esse apanhado que fiz, queria entender o seguinte. E dado o flagrante crime que está acontecendo, além do potencial de destruição ambiental que existe nessas unidades de conservação. Não seria minimamente perspicaz por parte do Estado de São Paulo, do Porto de Santos e de São Sebastião, e mesmo da administração direta do Governo do Estado de São Paulo, requerer um laudo da Cetesb para atestar a segurança do exercício dessa atividade de transporte e exportação de gado vivo?

Se o Estado de São Paulo possui um órgão tão capacitado, e se a competência é concorrente para proteger o meio ambiente, por que ficar tão fiel a uma colocação do Ibama e de outros órgãos federais, sendo que em primeiro lugar, todos são competentes para proteger o meio ambiente, e em segundo, todos os participantes do crime ambiental, inclusive os omissos, são responsáveis por ele? Não seria minimamente perspicaz por parte do governo estadual, na sua opinião, requerer um laudo, um estudo, um parecer da Cetesb para tentar clarear essa questão?

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Dr. Carlos, novamente, a minha opinião agora vale muito pouco. Eu acho que essa é uma pergunta pertinente e poderia ser encaminhada ao secretário do Meio Ambiente nesse sentido, que é quem está vinculado à Cetesb. Com relação à questão da atividade do porto, eu vou citar uma lei complementar, com o perdão dos doutores advogados aqui, de talvez citar o número errado. Não sei se é a LC 101 ou 111, que atribui as responsabilidades de concessão de licença. Essa lei diz que quem licencia é quem atribui a compensação ambiental, e também quem fiscaliza.

E a atividade portuária, que é aquela que estava até maio vinculada à Secretaria de Transportes, da qual secretariei até a data, é de atribuição específica do governo federal. A competência para isso é do Ibama. Você faz isso até em respeito a um outro princípio do direito, que é o princípio da coerência e competência natural. Já que a lei atribui, é a quem você segue enquanto empreendedor e executor. Ora, acho que essa pergunta poderia ser dirigida ao secretário do Meio Ambiente, a quem poderia atuar de próprio ofício, uma vez que a atividade ambiental e especificamente a Cetesb está vinculada à pasta dele. É uma pergunta pertinente a ser feita ao secretário do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - O deputado André Soares teve que se ausentar, e pediu para fazer uma colocação pertinente. Me parece que fizeram em São Sebastião um local para colocar esses bois até o dia de embarque. Se é de competência da Secretaria de Transportes e Logística a questão de transportes em terra, teve viagem que demorou mais de 17 horas. Quer dizer, isso está dentro das rodovias.

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Essa fiscalização, a questão da viagem e das condições é da Secretaria da Agricultura, que tem um núcleo específico para isso.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Bom, terminando de ler, porque acabei interrompendo, e faltam poucos itens. A questão da Cetesb que parei falando da responsabilidade do Ibama. A quinta pergunta é sobre a especificação de relatórios detalhados de todos os contratos e convênios do Porto de São Sebastião, firmados com exportadores e governo federal. Anexar cópia de contratos e convênios dos quais nos referimos agora, o balanço de receitas e despesas do Porto de São Sebastião. Oito, solicito cópia e autorização de todos os órgãos gestores das unidades de conservação citadas. O que vale disso aqui é só utilização do Ibama e do Conama, e que todas as outras não são pertinentes.

O Porto de São Sebastião possui todos os estudos e relatórios do impacto ambiental - EIA RIMA referentes às atividades portuárias, incluindo as exportações de animais vivos e respectivas licenças? Anexar cópia. Mais uma vez, conforma já mencionado, a regularização da atividade do Porto de São Sebastião seguiu procedimento definido pelo Ibama e pelo Conama. Praticamente está centralizando tudo isso e os outros órgãos, e tenho certeza que a advogada, a Dra. Letícia, tem um posicionamento com relação a isso. Nono, o Porto de São Sebastião possui um planejamento para desembarque emergencial de acidente, defeito mecânico em navio, ou qualquer eventualidade? Eles mandaram um relatório dizendo que tem, e é responsabilidade inclusive dos exportadores.

E o Porto de Santos, a última. Possui um plano de gerenciamento de resíduos? Também mandaram o relatório, e não daria para colocar tudo aqui agora. Doutora, quer falar sobre a questão do EIA RIMA? Tem alguma coisa para complementar?

A SRA. LETÍCIA FILPI - Quero. A gente sabe que o monopólio da exploração dos portos é da União. Mas o porto fica em área estadual. Como já falei, não existe hierarquia entre os entes da federação. O porto ficando em área estadual, também tem que obedecer às regras de meio ambiente de São Paulo. Com relação à Cetesb e ao Ibama, eles têm que agir em conjunto. Como já vimos, a competência é comum.

O que eu percebi é que até hoje não foram apresentados nem na ação judicial, na CP que propomos, e nem agora, as autorizações de cada órgão gestor de cada unidade de conservação, que são todas estaduais, de São Sebastião. Elas têm que apresentar autorização delas para as atividades do porto. Eu não tive acesso até hoje. Gostaria de saber se existem essas autorizações.

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Dra. Letícia, elas não existem, e vou explicar para a senhora o porquê. A atividade do Porto de São Sebastião teve início na década de 1960. Àquela época, a legislação que cuidava das questões ambientais era muito diferente e mais simplista do que essa. A operação do Porto de São Sebastião não foi precedida de um EIA RIMA, porque é anterior a lei que estabelece isso. Ela foi feita através de uma licença de operação de regularização. E para isso, como é um porto que já existia antes da exigência de se ouvir todos os núcleos de preservação e os centros de conservação, essas manifestações não existem para a licença de operação vigendo hoje no porto. Diferente do projeto de ampliação do Porto de São Sebastião, que passou por um processo de licenciamento ambiental para obra de expansão. Essa obra foi feita a posteriori da mudança de legislação, e ouviu todos os núcleos de preservação e demais autoridades necessárias para sua manifestação.

Mas no caso da operação do Porto de São Sebastião tal qual ela se dá hoje, é uma operação anterior à lei. Então ela não tem essas autorizações. Isso respondemos aqui no item sete do requerimento, e se me permite, vou ler a resposta. “Como as operações do Porto de São Sebastião tiveram início na década de 1960, o rito de regularização ambiental da operação que culminou com a Licença de Operação 908/2010 seguiu procedimento definido pelo Ibama para instalações portuárias consolidadas antes da Resolução Conama 01/1986. O porto é anterior a isso, e, portanto, não houve necessidade de tais autorizações, e nem seria pertinente ao caso”. A licença não exigiu isso porque o porto é anterior à legislação vigente.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Um dos relatórios do Ibama, o Relatório de Vistoria 51/2017, é muito longo, mas só vou colocar uma questão. “Não foram observados indícios de poluição ambiental nas vias de acesso ao porto ou nas dependências da área portuária. Bem como não foi identificada qualquer ação ou omissão possível de enquadramento do Art. 32 da Lei 9.605”. Quer dizer, é brincadeira uma coisa dessas. Os seguintes itens foram observados durante a fiscalização. Precisa fiscalizar essa pessoa, saber quem é esse inspetor que foi lá, e escreveu isso. É um ser humano que escreveu isso, e está suscetível a muita coisa.

Depois ele vem aqui, “foi relatada pelo responsável pela operação de embarque a utilização de bastões de choque, para utilizar no encaminhamento de acondicionamento dos animais no recinto no interior de navios”. Foi o que conversamos aqui, deputada Célia. Os bois chegam exauridos e não conseguem subir no navio. Eles colocam bastão de choque no ânus para que o boi gaste as últimas energias para subir ao seu calvário. Tudo isso aqui para ele é normal. “Os recintos apresentam tamanhos que variam de 15 a 20 metros, conforme pode ser verificado pelas plantas do navio apresentadas no anexo tal”. “Foi observada a presença de 15 a 20 animais por recinto, um animal por metro quadrado”. Então ele não pode deitar, como que deita?

Quando você pega um tronco, aquele local onde você coloca o boi para vacinar, ele tem no máximo 50 centímetros, para o boi ficar fixo. Então quer dizer que nessa medição o boi não consegue deitar. Aqui ele diz que alguns bois foram mortos por pisoteio. Conforme um deita ou cai, os outros caem em cima e pisoteiam. É um navio feito para ganhar dinheiro. Tudo isso daqui, estamos reunidos aqui por conta da ambição do ser humano. Tudo que está regendo esse absurdo que estamos discutindo aqui é dinheiro. Nada é levado em consideração, é dinheiro. Aí o cidadão continua aqui, “15 a 20 animais por recinto, variando em função do tamanho dos animais e ligeiras diferenças nos tamanhos dos recintos”. “Os recintos são forrados com maravalha”. A primeira utilização dos bois já era a maravalha. Será que eles têm estoque de maravalha até lá?

Eu lembro quando encontrei a Leila, o Eder e a Dra. Magda na saída do navio, a dez, 20 metros eu sentia o cheiro de amônia. Existem relatos de que bois chegam cegos lá, por conta disso. Quer dizer, a Leila entrou no navio e era insuportável. Então diz que colocam maravalha. Na primeira defecação acaba a maravalha. Será que tem estoque para maravalha, feno, água? “É verificada a origem desse produto, e é certificada e produzida com madeira de reflorestamento”. Olha que beleza. Para dar ênfase em

alguma coisa, para tentar colocar uma florzinha e enfeitar, tem que colocar isso. “Foi verificado que os animais apresentavam...”. Quer dizer, tanto cuidado com madeira de reflorestamento, e as outras questões são negligenciadas.

“Foi verificado que os animais apresentavam comportamento tranquilo, com vários indivíduos deitados apresentando comportamentos normais em condições de confinamento”. Depois de viajar 15, 16 horas, como ele queria que os animais estivessem? Lógico que deitados, exauridos. Então cada um dá uma interpretação de acordo com aquilo que lhe convém. Essa é a grande verdade. Então está aqui. “Cuidados gerais com animais, informando que durante a viagem o navio conta com disponibilidade de dois veterinários”. Dois veterinários para milhares de animais, deputados.

“Durante todo o trajeto foi realizado o contato com esses profissionais, que trabalham visando minimizar as perdas comerciais representadas por óbitos durante o transporte”. Aqui ninguém falou em vida, mas perdas comerciais. É só dinheiro que rege isso. “Em caso de falecimento ou ferimentos dos animais, existem meios para o sacrifício dos mesmos”. Sacrifício, não é eutanásia. “Foi informado que eventualmente ocorrem três a quatro mortes de animais durante o trajeto, em decorrência de brigas ou pisoteamento entre os animais machos. Essa informação indica uma taxa de morte de 0,0 de rebanho”, duvido.

Depois embaixo, para não me alongar muito. “Foi informado que a taxa de renovação de ar”, aí a Leila pode falar melhor do que ninguém, “é de 95 a 120 vezes por minuto. Foi observado em campo adequado a ventilação dos recintos”. Será que ela entrou em outro navio e errou? Acho que ela entrou em algum navio de turismo, alguma coisa assim. Quero saber se algum deputado quer usar a palavra, ou mais algum advogado quer fazer uso para levantar alguma questão?

A SRA. LETÍCIA FILPI - Na verdade, só queria observar que eu já tinha lido sobre a questão de ser anterior à lei, das unidades de conservação, mas queria lembrar que como meu colega Cipro falou, a competência dos entes da federação é comum no cuidado com o meio ambiente. Então ainda que não tenha exigência, todos os órgãos do Estado, dos Municípios e da União têm que estar atentos ao meio ambiente. Ainda que não tenha exigência, você tem que cuidar para que esse meio ambiente esteja sempre seguro. Se depois houve uma lei exigindo essas licenças e autorizações, deveriam ter sido procuradas. Essa é uma observação que eu queria fazer.

E outra coisa, esse laudo do Ibama, só a descrição dele, ainda que o laudista tenha concluído pela não existência de maus-tratos, mas só a descrição que ele faz já e de maus-tratos pela lei. É um crime que está acontecendo no interior do navio. Eu repito aqui, gostaria muito da atenção da Secretaria de Transportes, porque todos os órgãos estaduais e empresas estatais que estão envolvidas nisso são responsáveis por esse crime. Elas são responsáveis solidárias. Então eu gostaria de saber qual é a posição da Secretaria de Transportes com relação a esses crimes que ocorrem dentro do navio, se há intenção de tomar alguma atitude com relação a isso.

O senhor já explicou que não tem competência, mas de repente como um órgão que cuida desse meio de transporte e também do que acontece nos portos, e como fiscalizador e administrador dos portos, do que acontece lá, se a secretaria tem a intenção de começar a se preocupar com esse assunto.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Antes do secretário responder, queria só salientar que infelizmente o Laurence não é mais secretário dessa pasta. Obviamente que questionaremos o novo secretário. Mas dentro de um contexto geral, no final acabamos de pensar rápido em chamar o Laurence, porque o novo assumiu e foi numa transição, estávamos a dez minutos de encerrar o prazo regimental de fechar a CPI para podermos montar esse evento que era para ser montado lá atrás, no dia dez. Inclusive teria vindo junto o presidente do porto, que também não é mais presidente. O problema de governo é isso, quando você está tratando com uma pessoa que está quase no fim, muda. E aí começa tudo de novo.

Nós sentimos isso, a Célia mais do que eu, porque está em seu sétimo mandato, e eu no terceiro. Quando você está caminhando e muda alguma coisa na secretaria, você vai para o desfecho final e muda o secretário, tem que começar tudo de novo. É que nem banco, quando muda um gerente. Infelizmente é assim. Agora eu acho que todas essas colocações são muito pertinentes, colocadas pela advogada Letícia e o pelo Dr. Carlos. Acho que temos que levar isso em consideração até a conclusão do relatório. Quem vai apurar a responsabilidade de quem e em que tempo, obviamente se tiver alguma corresponsabilidade o secretário Laurence vai responder durante a vigência do seu mandato, com certeza.

Agora o que estamos querendo aqui é buscar caminhos para parar com isso. Eu acho que um caminho que vou seguir, e já estamos seguindo para o encerramento, praticamente já esgotamos todas essas questões, é que temos algumas... Primeiro que

não vamos desistir nunca, não adianta as pessoas acharem isso. Estão menosprezando, mas não adianta. Agora nós temos uma luz no final do túnel, o meu PL que está tramitando aqui na Casa. Inclusive passou só com um voto contrário, e tenho certeza que teremos apoio de todos os deputados da Casa para que possamos aprová-lo aqui. Aprovando, acho que pelo menos em São Paulo vamos conseguir colocar uma pedra em cima e parar com isso. Até uma ADIN fica difícil, igual foi feita em Santos, porque o Estado pode legislar em matéria concorrente. Isso está bem tranquilo.

Agora temos que trabalhar para que possamos pautar logo esse projeto e aprová-lo o mais rápido possível nessa Casa. Eu sinto isso, porque até agora não vi um deputado contra, a não ser aquele que votou contra na CPI, e tem um secretário da Agricultura que possa colocar. Mas acho que o dano moral e político vai ser muito grande, porque a sociedade não suporta mais isso. Acho que temos agora que trabalhar para que possamos aprovar esse projeto. Se aprovarmos no estado de São Paulo, passaremos para os outros estados. Se não, vamos continuar essa luta aqui, que será uma luta sem fim. Enquanto não vencermos, não vamos parar. Nós sabemos disso. Vamos descer para São Sebastião e trabalhar igual trabalhamos em Santos.

Passo a palavra para a deputada Célia.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - De forma muito rápida, aproveitando esses momentos finais, além de cumprimentar os deputados Pedro Kaká, nosso relator Gil Lancaster, Ana do Carmo e também o sempre líder Barros Munhoz, uma pessoa muito diferenciada não só aqui, mas em todo o estado de São Paulo. Só para acrescentar, não só a agonia e angústia das pessoas, os nossos convidados aqui, vemos também a feição dos jovens que nos chama mais atenção ainda, num tema como esse. Conversávamos agora pouco, Ana do Carmo e eu, em meio a fala de alguns da Mesa, mas sem deixar de prestar atenção, que obviamente estamos frente a uma situação gravíssima que não é de hoje, de falta de fiscalização.

Esse é o problema maior que temos nesse país, não só nesse caso, mas em outros temas também. A gente só registra isso, e dessa forma não resolve o problema. Mas temos aqui uma CPI que está andando numa velocidade importante, não falhamos em uma só reunião. Às vezes com dificuldade de agenda dos deputados por outras matérias, mas sempre concluindo o quórum. Na verdade, só para reiterar, foi mesmo de última hora com o secretário, estava terminando a Comissão, faltando dez minutos, e o deputado Feliciano pensando se não terminávamos assim só para fazer o relatório. E

pensamos, “vamos convidar e com certeza ele vem”. Embora o senhor não esteja mais na pasta, é um servidor público como nós e tenho certeza que tem a sensibilidade e preocupação.

E a doutora que vem trazer de forma contundente e com razão, que não podemos tirar a responsabilidade de todos, inclusive nossa de cobrar e fiscalizar também os órgãos. O que eu queria acrescentar é que a CPI não termina com o relatório, é agora que ela começa. Ela termina no seu papel de trabalho e reuniões, de convidados, de tirar dúvidas. Mas ela começa, porque todos que estamos sentados nessa sala, sem exceção, com cargo eletivo ou não, somos em defesa da vida. Obviamente que quando você fala de um idoso com muita debilidade, ele talvez não consiga se auto proteger ou pedir socorro. Quando você fala de uma criança, também não consegue muito se auto defender. E adulto se defende melhor.

Mas de qualquer forma, mesmo um idoso debilitado e uma criança, no mínimo eles vão gritar, chorar, como regra. Mas os animais não têm como reclamar, como pedir socorro. Não tem como levantar a mão, mandar uma carta, um WhatsApp, um e-mail. Ou fazemos por eles, ou fica sem fazer. Existe uma máxima que diz que uma coisa mal resolvida, fica mal resolvida. Então eu penso que essa CPI está bem resolvida e vai ficar bem resolvida nesse quesito e outros tantos que nós aqui da Assembleia temos obrigação de participar, e dar um resultado positivo para a sociedade, para nós e principalmente para os animais.

Eram essas as minhas considerações. No mais, só parabenizar o deputado Feliciano e todos os demais da CPI, porque foi um esforço enorme, e V. Exa. teve um papel fundamental. Continue contanto com essa sua assessora. Muito obrigada.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Pela ordem, presidente.

A SRA. ANA LULA DO CARMO - PT - Pela ordem, nobre deputado.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - As mulheres têm preferência, tenho certeza que o Pedro Kaká deixará a senhora falar.

A SRA. ANA LULA DO CARMO - PT - Quero cumprimentar o Sr. Feliciano, e em nome dele cumprimentando meus colegas deputados que fazem parte dessa CPI, e também os que não fazem. Cumprimento todos os presentes. Quero dizer que essa foi

uma das CPIs com participação muito importante das lideranças e representantes dessa luta por todo o estado de São Paulo. Foi uma CPI muito participativa. Eu quero dar os parabéns a todos os presentes, pela participação, pelo esforço. A gente sabe que não é fácil, cada um se desloca de longe, todos com seus trabalhos.

São lutas e participações que não são fáceis. E às vezes essa dificuldade também dificulta a participação, mas essa CPI teve uma participação muito grande em quase todas as reuniões. Teve muita contribuição. Nós que somos deputados contamos com o apoio de vocês, porque são quem trazem informações, vêm para os debates, têm o conhecimento. É muito importante essa participação de vocês, que precisa continuar agora para a aprovar o projeto do deputado. A aprovação desse projeto vai ser muito importante. Desde já quero dizer ao deputado que pode contar com meu voto. Mas mais importante ainda é a participação de vocês.

A gente sente muito por ver tantas coisas ruins acontecendo. A deputada falou aqui muito bem, que não só com idoso e criança, mas são N dificuldades que as pessoas e aqueles mais humildes vêm sofrendo. A gente fica muito triste com tudo isso. Nosso papel e obrigação é lutar, ajudar e fazer o certo. Mas sabemos que mesmo com todo o nosso esforço, não damos conta de fazer um terço do que precisaríamos fazer. Somos poucos num estado muito grande, então fica muito difícil. Quero parabenizar a todos pela participação, e especialmente ao deputado, que pegou essa causa como especial e com muita força. Ele nos puxou também.

Parabéns a todos, foi uma CPI com participação importante. Um abraço a todos. E parabéns para esse deputado guerreiro, participativo e lutador, que vai atrás, que busca, que conversa com os deputados. Isso é muito importante. Parabéns a todos que passaram por essa CPI, em diversas representações, os que foram convidados por nosso presidente e estiveram presentes contribuindo e discutindo, às vezes também discordando, mas vieram aqui. Foi um debate muito importante. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Deputado Pedro Kaká.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Boa tarde a todos. Antes de fazer as considerações finais, gostaria de resgatar a pergunta que a Dra. Letícia fez, e o nobre presidente pediu a palavra e penso que deixou de dar a oportunidade ao secretário de responder.

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Só reiterando o que já disse ao deputado, eu não posso mais responder pela secretaria. A pergunta da Dra. Letícia foi sobre o que pensa a secretaria nesse sentido. Ela precisa ser dirigida ao novo secretário da pasta.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Perfeito. Então agora, aproveitando as palavras na condição de relator, como bem disse a nossa querida e sempre contundente deputada Célia Leão, essa CPI é em defesa da vida. Gostaria até de quebrar o protocolo para dizer que meu filho nasceu quinta-feira, dia três, e hoje passei a madrugada inteira cuidando dele, de modo que cheguei um pouco sonolento. Mas não poderia deixar de estar presente, porque é pela vida, que nós brilhantes deputados... V. Exa. tem se mostrado um guardião dessa grande tarefa.

Eu tenho uma grande admiração também pelo deputado Munhoz, que apesar de não ser membro dessa CPI, sempre honrou essa Casa. Acompanho o trabalho de longa data, não chamando de velho, mas sim de experiência atuando. A Ana do Carma e o Gil Lancaster. Sei que o mundo não é perfeito, mas cabe a nós lutarmos por isso. Esse é um ideal que não pode morrer. Ainda que não consigamos nessa tarefa alcançar êxito pleno, sempre temos que dar o nosso passo. E nesse sentido, quero cumprimentar todos os senhores e senhoras, o público presente que representa as entidades, que voluntariamente defendem que temos que fazer aquilo que está dentro da nossa essência, respeitar e defender com muito amor a vida.

Era essa a consideração. Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Queria passar a palavra para o vice-presidente Gil Lancaster. Antes quero fazer um encaminhamento para a reunião de amanhã, e depois falar com todos vocês aqui para fazermos algum encaminhamento a posteriori. Por favor, deputado.

O SR. GIL LANCASTER - PSB - Obrigado, presidente. Queria agradecer pela presença do ex-secretário Laurence Casagrande Lourenço, e de todos os colegas deputados e deputadas, e público presente. Obrigado pela presença nessa penúltima CPI, que acaba amanhã com a entrega do relatório.

Quero dizer que trabalhamos muito, e estou convencido de que realmente essa CPI identificou, comprovou, analisou e vai estar no relatório a comprovação séria de um crime ambiental grave contra os nossos animais, especificamente esse. Certamente será

enviado o relatório, e aí já não é mais papel do deputado fiscalizar, para que os órgãos competentes, a Receita Federal, a Polícia Federal para apurar alguns casos de dúvidas que temos, o Ministério Público Federal e alguns outros órgãos façam justiça. Dizer para a sociedade de modo geral que os deputados se esforçaram muito para concluir essa CPI. Participei dela com muita honra.

E também fugindo do protocolo, hoje de manhã fui caminhar logo cedo com a minha esposa, e vi um patinho mancando. Eu perguntei para a moça do condomínio, “o que vocês vão fazer com o patinho?”, “não sabemos o que fazer, porque ele se machucou numa pedra”, e quase que eu trouxe para o nosso deputado Feliciano cuidar, porque ele é um grande defensor dos animais. É um orgulho ter um deputado nessa Casa que defende todo e qualquer tipo de animal. Agora o que estão fazendo no caso dos bois é um crime comprovado, que certamente estará nesse relatório.

O nosso anseio, a nossa vontade e expectativa é de que esses órgãos para onde vamos encaminhar esses relatórios façam justiça, e que todos nós saibamos o que foi feito em breve. Muito obrigado a todos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, presidente. Muito rapidamente eu gostaria de saudar todos os membros da Mesa e Vossa Excelência. E dizer que realmente não fiz parte da Comissão, vim hoje mais para me colocar à disposição do secretário Laurence, e como ex-líder do governo ressaltar o papel que ele sempre teve, um homem público preocupado com tudo aquilo que diz respeito ao interesse público das várias pastas que dirigiu, sempre com muita competência e correção.

Também fiz questão de vir para dizer, como V. Exa. sempre brinca comigo... Toda vez que ele acha que fiz alguma coisa interessante, o que não é muito comum, ele fala, “mandou bem, deputado”. E eu queria dizer o mesmo para você, Feliciano. Eu fui ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Sinceramente, nunca atentei para esse problema que vocês estão despertando a atenção de todo mundo no Brasil. Eu tenho que dar parabéns a vocês, porque as grandes lutas começam assim, com um primeiro passo. Toda grande caminhada começa com um primeiro passo. E dizer que essa CPI teve esse condão, despertou um assunto e atenção da população. E teve um resultado sim, para que esse assunto precisa ser disciplinado de forma mais digna, do que foi eternamente.

“Sempre foi assim” não é desculpa para que não se mude as coisas. Então meu caro Feliciano, é para dizer que vocês estão dando um exemplo de como as pessoas

devem fazer para conhecer o Legislativo. Poucas pessoas conhecem o nosso trabalho. Se for agora no plenário, não tem ninguém. Mas se forem nos vários plenarinhos da Assembleia, como esse, o Teotônio Vilela, verão que tem deputados trabalhando e fazendo coisas importantes como essa, de ouvir vocês e tratar de um assunto sério. Eu tenho certeza que vai ser um grande passo na caminhada para a solução de um gravíssimo problema.

Parabéns a todos vocês, e sobretudo a vocês que estão prestigiando essa Comissão.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Quero agradecer pelas palavras do Barros Munhoz. Antes de ir para o encerramento e dar uma palavra com todos os nossos irmãos protetores que estão aqui, queria uma questão de ordem. Amanhã teremos a última reunião da CPI, então queria saber com os deputados. Por precaução eu marquei dois horários, de manhã e à tarde, porque sabemos que temos dificuldades. E como amanhã será a leitura do relatório, gostaria de saber dos nobres deputados qual horário seria melhor para a nossa última reunião, porque temos um quórum tranquilo.

Vou começar com o nosso vice-presidente Gil Lancaster. O lugar para o senhor seria de manhã ou à tarde?

O SR. GIL LANCASTER - PSB - Pela manhã.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Deputada Célia Leão? Pela manhã. Deputado Pedro Kaká?

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Pela manhã.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Conversamos com o André Soares que acabou de sair, e ele também concordou em fazer pela manhã. A Ana do Carmo infelizmente não está mais aqui. Então será amanhã às 11 horas, para deliberarmos a questão e encaminhamento do relatório.

Eu gostaria de dizer primeiramente, que muito embora o tempo tenha sido curto, pegamos muitos feriados, depois tivemos a questão partidária e perdemos a cadeira, depois tivemos que retomar a cadeira, isso diminuiu muito o nosso tempo. Mas essa foi

uma das Comissões que não tivemos nenhum dia - tivemos até quórum apertado em alguns dias, mas nunca deixamos de ter uma reunião por falta de quórum. E o acompanhamento da sociedade foi pleno. Algumas não divulgamos muito por questão de deliberação rápida, mas todas que divulgamos a sociedade esteve presente, os protetores, ativistas.

Agora com relação a resultado, quero salientar três pontos. A primeira reunião foi para tratar da questão de morte de javalis. Foi apenas uma reunião que esteve presente o secretário do Meio Ambiente, a Dra. Vânia Tulio, promotora de justiça, o biólogo Sérgio Greif, todos os deputados dessa Comissão e o comandante maior da Polícia Ambiental. Nessa reunião ficou muito claro que infelizmente o Estado estava, não sei se a palavra correta é essa, mas prevaricando. O comandante da polícia disse aqui com todas as letras, que não estava agindo com relação à questão de caça de porcos e javalis, porque disse que javali estava liberado pelo Ibama.

Ele errou, porque em primeiro lugar, a regulação do Ibama não está acima da constituição. O Estado de São Paulo veta qualquer prática de caça, seja a que título for. Isso vai estar no relatório com certeza, já conversei com o deputado Pedro Kaká. Infelizmente a Polícia Ambiental não cumpriu o seu papel. Outra questão grave ainda sobre esse tema. Vocês imaginem essa suposta transferência errada no estado de São Paulo, mas que acontece no Brasil todo, desse controle populacional de caça de javali. Eles entram com 20, 30 cães. Você acha que um cachorro vai perguntar para o porco, “o senhor é javali? É cateto?”. Vocês acham que vai acontecer isso?

Quer dizer, o primeiro animal que se mexe, eles estão atirando e caçando. Então eu acho que nesse quesito, numa reunião só nós cumprimos o nosso papel e identificamos o problema. Isso será relatado com certeza. Com relação ao assunto de utilização de animais no ensino, aquele projeto que infelizmente o governador vetou. Nós trabalharemos agora para derrubar o veto, com apoio de todos os deputados dessa Comissão.

Nós tivemos a primeira reunião com o pessoal da USP, e em todas elas o Ministério Público esteve acompanhando. Sabemos que desde que tenha método substitutivo, a utilização de animais no ensino está vetada, é crime. Nós conseguimos um êxito muito grande, porque a primeira reunião que tivemos aqui com o pessoal da USP ficou muito clara essa questão. Na segunda com o pessoal da Unicamp, aconteceu uma coisa muito interessante, a Dra. Odete Miranda e conseguiu incluir isso há mais de

dez anos na Faculdade de Medicina do ABC, e não utiliza mais animais no ensino. Inclusive tem nota cinco no Enade, a maior nota.

E houve uma sinergia muito grande entre a Unicamp e eles, que está levando a Unicamp agora a visitar a USP, para transferir essa tecnologia que a Dra. Júlia ganhou até prêmio internacional. E vai transportar isso para a Unicamp. Isso foi muito importante. E a terceira universidade, a Unesp, que mais utiliza animais, tivemos um problema com o reitor, que infelizmente mandou um professor que não sabia nem o que veio fazer aqui. Os deputados ficaram um pouco irritados, e resolvemos convocar o reitor, que veio com os técnicos.

Depois dele ouvir toda a exposição dos nossos técnicos e do Ministério Público mostrando que eles podem ser responsabilizados civil e criminalmente, inclusive de forma pessoal, por conta de tudo isso, e também por utilização de dinheiro público para cometer crime, ele falou com todas as letras que se soubesse de todas essas tecnologias novas que podem fazer substituição, sabendo a questão de crime, “jamais teria levado o pedido de veto ao governador”. Então eu acho que tivemos um êxito muito grande com relação a isso, porque eles têm hoje a consciência de que erraram, e levaram o governador ao erro. Por conta disso, estamos muito tranquilos com relação à derrubada desse veto.

Se Deus quiser, vamos fazer as universidades diminuírem o orçamento com os biotérios, que é milionário. Todos nós sabemos aqui o que move a sociedade, e infelizmente é dinheiro. E essa resistência eu também acho que está sendo movida por dinheiro, esse lobby, essa indústria do biotério. Nós deputados mostramos a vontade de até contribuir para novos equipamentos, transferência de tecnologia, até com emendas parlamentares para melhorar a questão das universidades. São as três melhores universidades do Brasil, com reconhecimento internacional, mas têm que mudar esse procedimento.

E por último, essa de hoje com relação ao embarque de animais vivos. Ela foi muito satisfatória, muito embora não seja o secretário atual, até porque chegou agora e também não sabe nem onde acende a luz ainda. E o ex-secretário acabou de sair. Mas foi muito bom, porque entrou dentro da CPI e virou inquérito. O mais importante é que virou inquérito, que será encaminhado, se Deus quiser, que nem o meu vice disse agora, conversei com o Pedro Kaká também, para as autoridades competentes. A deputada Célia disse, agora que vai começar.

Eu quero falar para os deputados que conheceram e não são da área, alguns mais perto da área de proteção animal, que viram o sofrimento desses animais, a forma como eles são mortos em outros países, e essa questão do juiz que diz que isso está errado. Temos mais uma vez a questão ambiental, moral, ética e crimes de maus-tratos de um lado. E do outro lado o dinheiro e o poder. Até quando isso vai prevalecer? Mas nós não vamos desistir. Acho que isso daqui, doa a quem doer, não vamos desistir nunca. Não adianta nos ameaçar, já me acostumei com isso. Fui jurado de morte em oito cidades. Entra na fila e pega a senha. Prefiro morrer de farda, do que de pijama.

Então vamos continuar a nossa luta. Se Deus quiser vamos conseguir parar o embarque de animais vivos no estado de São Paulo, e depois no Brasil.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Pela ordem, presidente. Só um segundinho, para contar uma história. Peço ao deputado Barros Munhoz que preste atenção em 30 segundos de uma situação muito pitoresca, uma história do deputado Feliciano. O Gil Lancaster disse que ele defende os animais, e não é só na questão de embarque de boi vivo, são todos. Acabou de falar isso. Deputado Barros Munhoz, me lembrou que eu uma vez, eu numa das loucuras na rua tentando salvar animal, não consigo nem descer do carro obviamente, porque não ando, então mais grito do que salvo, para ver se alguém ajuda.

Secretário Laurence, a primeira pessoa para quem eu ligo é o deputado Feliciano, qualquer hora do dia ou da madrugada. E um dia eu cheguei em casa, tenho cachorros resgatados da rua que dormem no meu quarto, na minha cama - dos seis, três sobem na cama e daqui a pouco vou dormir no chão. Eu cheguei e um deles estava muito machucado, porque um ouriço tinha pegado a carinha do cachorro. Fiquei absolutamente desesperada e liguei para o Feliciano. Mas eu estava tão brava por ele estar machucadinho, que a primeira coisa que falei foi assim, “Feliciano, pelo amor de Deus como que eu faço para matar esse ouriço que acabou com meu cachorro? Ele está sofrendo, cheio de espinho na boca, na cara, no olho. Quero matar esse ouriço”. E ele falou, “não é para matar o ouriço não, ele também não pode ser maltratado”.

Então só queria contar isso para todos vocês, porque esse é o nosso deputado Feliciano. E a gente fica muito feliz e entusiasmado de continuar nessa caminhada, ainda mais como disse o Barros Munhoz, com tanta interferência inteligente da participação da sociedade. São vocês, a sociedade que nos ajuda a enxergar as coisas

que não estão muito bem, e é nossa obrigação tentar melhorá-las. Era isso. Agora eu não mato mais ouriço, mas que fiquei brava, fiquei.

O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PRP - Deixa o ouriço viver. A gente solta cobra, rato, tudo. Deus deu a vida e nós não podemos tirar. Gente, agradeço mais uma vez a todos. Se Deus quiser, vamos conseguir isso. A única coisa que eu quero dizer e enfatizar é que quem manda nesse país somos nós, a sociedade. Os homens públicos estão a serviço da sociedade. Quem manda é a sociedade. Então a palavra de ordem é mobilização, não tem outra maneira. E nisso vocês são mestres.

Um beijo no coração de todos que estão aqui. Vocês sabem que às vezes não consigo estar presente, mas de coração estou com vocês o tempo todo. O segredo é isso, cada um fazendo a sua parte, os ativistas fazendo a parte deles. Como a Raquel fala aqui, a questão da célula, a política de proteção animal, isso é verdade. Acho que estamos nos organizando e se Deus quiser vamos chegar lá. Não tenho dúvidas disso. Pode demorar um pouco mais ou menos, mas vamos vencer isso, porque o bem sempre vai vencer o mal. Declaro encerrada a presente Comissão. Um abraço a todos. Bom dia.

* * *